



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ATA N.º 11 (27/09/2023)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Realizada no dia 27 de setembro de dois mil e vinte e três

-----Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, Concelho de Ribeira Brava, sob a presidência da 1.ª Secretária da Assembleia, Maria Natália Gonçalves da Silva, que estava em substituição da Presidente da Assembleia, Rita Maria dos Ramos de Abreu. Esteve também presente o segundo-secretário, André Geraldo da Côrte.-----

-----O segundo-secretário da Mesa da assembleia procedeu à verificação do quórum. Na sessão estiveram presentes os seguintes deputados municipais, pelo **RB1**: António de Jesus Silva, Hélder Manuel Gouveia Gomes, Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes, Jordão José Andrade de Abreu, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Vítor Francisco Gomes de Abreu, Rosa Carolina Garcês Rodrigues Jardim, Marco António Abreu Junqueira, Vítor Hugo Fernandes Pereira, Karina Mónica Pereira Ferreira, Francisco Paulo Pestana; **pelo PS**: Humberto Jorge Faísca da Silva, Marlene Pereira de Sousa Rodrigues, Rui Pedro Fernandes de Almeida, Elsa Maria de Abreu Gomes; **pelo CHEGA**: Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio e Celestino Gomes Sebastião.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João David Jardim de Sousa (PJF de Campanário), Cristina Maria Camarata Abreu (Em representação de Marco Nuno Correia Martins - PJF Ribeira Brava), Albertina de Jesus Diniz Ferreira (PJF da Serra de Água) e Manuel Inácio da Côrte (PJF da Tabua).-----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o Vice-Presidente Jorge Manuel Faria dos Santos, o Vereador Rafael João Figueira de Sousa, o Vereador José Paulo Santos Andrade, a Vereadora Sandra José Abreu Vilanova e a Vereadora Flor Angélica Abreu Silva.-----

-----Pelos dez horas e doze minutos, após verificada a existência de quórum, a Primeira Secretária da Assembleia declarou aberta a sessão.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----A Primeira Secretária informou que a Exa. Presidente da Assembleia e o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava, não puderam estar presentes estando em sua substituição o Sr. Francisco Paulo Pestana e a Sr.^a Cristina Maria Camarata Abreu, respetivamente. Informou ainda que o deputado Laureano Secundino Ascensão de Macedo (PS) solicitou a sua substituição, tendo sido convocada para a sessão a senhora Margarida de Ascensão dos Ramos (PS), que na data de 26/09/2023 entregou na Câmara Municipal um documento de renúncia de mandato. A Primeira Secretária informou que a sessão contava com 24 elementos no total, menos um elemento do Grupo Municipal do PS.-----

-----Prosseguiu-se a discussão da ata da sessão anterior, de 26/06/2023. A Primeira Secretária informou que os deputados Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes (RB1) e Rui Pedro Fernandes de Almeida (PS), pelo facto de não terem estado na última sessão, não participavam na votação da ata correspondente. Colocada a votação, a ata foi aprovada por unanimidade.-----

-----A Primeira Secretária da Assembleia informou que foi endereçado à mesa um pedido de suspensão de mandato pelo deputado Hélder Gomes (RB1), para o período compreendido entre 9 de agosto de 2023 e 24 de setembro de 2023, e que o mesmo teria de ser apreciado na sessão da Assembleia Municipal seguinte, ou seja a que estava decorrer, em conformidade com o disposto no artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal e no artigo 77º, n.º 1 e 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Colocado a votação o pedido de suspensão foi apreciado favoravelmente por unanimidade.-----

-----A Primeira Secretária da Assembleia deu conta do XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, explicando a razão da sua inclusão na ordem de trabalhos e os elementos que iriam representar o Município.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----A deputada Luísa Ponte (RB1) cumprimentou todos os presentes e questionou se há algum projeto para a Escola da Bica de Pau, seja por parte da Câmara ou do Governo Regional. Indicou que o espaço está a ser vítima de entradas indevidas por população local, referindo ser bom não deixar aquele espaço definhar. A senhora deputada questionou também se há algum projeto para o Miradouro do Lugar da Serra. Solicitou ainda que a



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

câmara fale junto das entidades competentes do perigo na rotunda junto ao BPI, que dá acesso ao túnel da Tabua, em virtude do não respeito no sentido descendente. Indicou que a presença de barreiras no chão iria esfriar os senhores condutores, sendo uma pequena solução, uma vez que a rotunda está bem sinalizada, mas ninguém respeita essa sinalização.-----

-----O senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e dirigiu um cumprimento ao deputado Celestino Gomes Sebastião pela sua eleição como deputado para a Assembleia Legislativa da Madeira, desejando votos de felicidades. Relativamente à Escola da Bica de Pau, referiu que já há algum tempo alguém teve a chave da escola tendo sido alvo de brincadeiras o espaço. Explicou que a Câmara procedeu à substituição das fechaduras e entregaram a chave ao Património, porque a escola não pertence à Câmara. O Senhor Presidente indicou que está a ser vista a possibilidade de criar uma proposta para o local, para que fosse contemplado um sistema de rede, para pós-operações e recuperação/ fisioterapia. Indicou que seria uma ideia que iria dinamizar a zona, que se trata de um edifício que é novo, aberto em 2004, e que infelizmente teve de ser encerrado fruto da quebra da natalidade no concelho. Sobre o Miradouro do Lugar da Serra referiu que tem projecto e que a questão são os fundos, estando a aguardar a abertura de linhas comunitárias para espaços de interesse turístico, o que não tem acontecido. Realçou que na falta de fundos comunitários, terá de ser feito nem que seja com as verbas da Autarquia. No que concerne à questão da rotunda junto ao BPI, o Senhor Presidente indicou que a alteração que foi feita melhorou bastante o trânsito, referindo considerar que o que devia haver em horas de ponta era presença policial para facilitar o escoamento do trânsito. Realçou que a sinalização colocada no local ajudou bastante, tornando o trânsito mais fluído e que a abertura da marginal também contribuiu para essa fluidez. Referiu que serão alertadas as entidades competentes sobre essa situação. O senhor Presidente abordou ainda a questão da rotunda semiaberta junto ao Centro de Saúde, alvo de notícias recentemente. Indicou que já depois da recomendação que foi feita pela Assembleia Municipal ao Governo Regional, por várias vezes esse tema foi abordado para que essa rotunda fosse fechada. Indicou as alterações que foram feitas, nomeadamente a inclusão de semáforos em dois lugares distintos, referindo que não é o suficiente para os constantes sustos. O senhor Presidente defendeu que era necessário



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

fechar aquela rotunda, por ser uma zona perigosa e de muito trânsito, o que consequentemente iria obrigar a fazer o trânsito circulatorio,-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----O senhor Presidente da Câmara deu conta do trabalho da Autarquia desde a última sessão da Assembleia até ao momento, referindo que, com as várias limitações, tentam trabalhar nas várias áreas. Indicou que devido à boa preparação que houve, há muito que não se via um São Pedro como o deste ano, com grande movimentação. Enalteceu que foram vários os eventos realizados, e em diversas áreas: culturais, desportivos... A nível da educação, informou que os manuais do primeiro ciclo foram custeados pelo Governo Regional, mas que as escolas solicitaram apoio para aquisição de um manual do primeiro e segundo ciclo de inglês que não é obrigatório, mas que facilita o ensino do inglês. Informou que a Autarquia comprou esses manuais e ofereceu a todas as escolas. Indicou a continuidade do apoio para aos alunos das creches e jardins de infância, no valor de 40%. Informou que o material para a abertura do espaço de jardim de infância/ creche na Escola da Tabua, já está no transitário, na Madeira. Mais indicou que iriam mudar a cobertura da escola da Serra de Água, estando alguns equipamentos para esse situação a chegar. Informou que o Governo Regional já estava a proceder à recuperação do polidesportivo, na Escola de São João. A nível social, indicou que se mantém o acompanhamento a situações que surjam, o apoio aos idosos. Salientou o lançamento do concurso por parte do Governo Regional, para construção de dezassete apartamentos a custos controlados. O senhor Presidente da Câmara disse ainda que estavam a iniciar as obras na Estrada da Adega, para pavimentação e recuperação de zonas que estavam a ceder. Indicou que o concurso para a pavimentação da Estrada do Pedregal já foi lançado, referindo da parceria com a Águas e Resíduos da Madeira (ARM), que assumiu o compromisso de lançar a rede de esgotos antes da repavimentação de toda a estrada. Informou que estão mais três obras no terreno. O senhor Presidente da Câmara realçou o trabalho desenvolvido pelos jovens, ao abrigo de programas de emprego, na dinamização



CS

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

da biblioteca de praia. Indicou que foi contactado por outras entidades a realçar essa situação, e que o feedback das famílias é positivo. Indicou que esse projecto foi um dinamismo, uma mais valia, para o concelho, a juntar a outras mais valias que a praia já possui como a bandeira azul, a bandeira da qualidade da água da Quercus, e cadeira para pessoas com limitação puderem chegar ao mar. O Senhor Presidente da Câmara disse que a nível das limpezas estão agora numa fase de recuperação de terreno e que já existe contrato com uma empresa para ajudar na limpeza dos caminhos. Realçou que já estavam também a decorrer as entrevistas/provas práticas para as vagas de assistente operacional.

-----Interveio o deputado Bruno Correia (RB1). Cumprimentou todos os presentes e parabenizou o senhor Presidente pela sua eleição a deputado da Assembleia Legislativa, referindo que assim são quatro deputados da Ribeira Brava. Referiu que a zona da Rua de 6 de Maio, é uma zona muito populosa e de muito movimento de carros e que a população já está a pedir por favor para que seja feita alguma coisa, sugerindo que se torne zona de coexistência, para desincentivar a passagem por lá. Indicou ainda a questão das obras dizendo que isso já foi prometido e que “esperemos que seja o mais rápido possível!”-----

-----O Senhor Presidente respondeu que será vista a questão da possibilidade de coexistência, indicando que tem que haver uma concordância da parte da polícia. Mais informou que estão já a ver algumas situações de parcelas de terrenos, na Rua dos Dragoeiros, para comprar. Indicou que já há projecto para o local, para ser lançado o concurso e que mal acabem essa zona, será vista a parte de cima, sendo que será com verbas 100% camarárias.-----

PONTO 2 - Discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2024, em conformidade com o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----O Senhor Presidente indicou que é uma proposta idêntica aos outros anos, e que se trata de uma proposta que tem de ser definida para ser aplicada no próximo ano às empresas, principalmente de telecomunicações. Explicou que a proposta é de colocarem novamente a percentagem de 0,25%, e que foi aprovada por unanimidade em reunião de câmara.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

DELIBERAÇÃO: Aprovado por Unanimidade-----

PONTO 3 - Discussão e votação da fixação da taxa de IMI para o ano de 2023, em conformidade com o disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro;-----

-----O Senhor Presidente indicou que a proposta da câmara, há semelhança dos outros anos, é de propor a taxa mínima do IMI, e de haver penalização aos prédios que estão em ruínas dentro das ARU'S – Áreas de Reabilitação Urbana. Informou ainda que foi aprovada por unanimidade em reunião de câmara.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por Unanimidade-----

PONTO 4 - Discussão e votação da fixação da taxa de IMI Familiar para o ano de 2023, em conformidade com o disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro;-----

-----O Senhor Presidente explicou que desde que foi possível pelas leis do orçamento dar uma bonificação às famílias, é atribuído sempre essa redução. Mais explicou que houve uma altura em que era em percentagem, e que há uns anos para cá é em valor, sendo a máxima redução que a lei permite para os agregados familiares com 1, 2, 3 ou mais filhos. Destacou que foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara, e que se aplica quando é para habitação própria e permanente.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por Unanimidade-----

PONTO 5 - Discussão e votação da fixação da taxa de Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para o ano de 2024, em conformidade com o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro;--

-----O Senhor Presidente informou que compete à Assembleia Municipal mediante proposta camarária definir o que fazer aos 5% do IRS descontado pelos munícipes da Ribeira Brava. Indicou que a proposta é que os 5% sejam entregues ao Município e que foi aprovada por unanimidade em reunião de câmara.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por Unanimidade-----



CWS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

PONTO 6 - Discussão e votação da intenção de nomeação do auditor/revisor externo à entidade António Fortunato & Leiria Duarte, SROC, Lda, como auditor externo do Município da Ribeira Brava, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 77º da Lei 73/2013 de 3 de setembro;-----

-----O Senhor Presidente referiu que fruto da Lei 73/2013 de 3 de setembro que define e regulamenta o financiamento e as principais regras da Autarquia, há uma obrigatoriedade das contas dos municípios, a partir de 2014, serem auditadas e verificadas por um auditor externo. Explicou que a empresa referida, no procedimento concursal, é a que está em melhor posição, mas que compete à Assembleia validar essa empresa para continuar o processo. Mais informou que foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara.-----

-----O deputado Bruno Correia (RB1) questionou se não era anteriormente esta entidade? Questionou ainda se o senhor presidente tinha ideia da evolução das propostas.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que sim, que não tinha ideia, mas que o preço é mais ou menos o mesmo do biénio passado, e que poderia dizer depois essa informação.-----

-----Interveio o deputado Luís Vicêncio (CHEGA), questionando se esta empresa foi alvo de um concurso público e se era a empresa que fez a melhor proposta.-----

-----O Senhor Presidente anuiu a questão.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por Unanimidade-----

PONTO 7 - Votação da ratificação do representante das Juntas de Freguesia do Concelho da Ribeira Brava no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que para o Congresso da Associação de Municípios é convocado o presidente da câmara ou seu representante, a presidente da assembleia municipal, ou seu representante e um presidente de junta de freguesia. Explicou que tem sido apanágio desta Câmara ir rodando o presidente de junta. Indicou que essa escolha tem de ser aprovada em Assembleia Municipal. Mais explicou que pela ordem que tem sido seguida o próximo seria o presidente da junta de freguesia do Campanário, o qual por motivos pessoais não pode estar presente, tendo o mesmo se verificado com o presidente da junta de freguesia da Ribeira Brava. Assim sendo, indicou que seria a presidente da junta de freguesia da Serra de Água a estar presente no referido Congresso.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

O senhor presidente explicou que era opção fazer uma reunião extraordinária para tomar essa decisão ou seguir a continuidade dos anos anteriores e depois ratificar em assembleia.

-----O deputado Bruno Correia (RB1) questionou se era obrigatório.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que não.-----

-----O deputado Luís Vicêncio (CHEGA) pediu desculpa por voltar ao ponto anterior e solicitou que o senhor presidente desse a definição do que significa ajuste directo, porque estava a consultar a documentação que lhe foi entregue, a qual indica que a empresa António Fortunato & Leiria Duarte, SROC, Lda, foi um procedimento de ajuste directo.-

-----O Senhor Presidente da Câmara pediu desculpa e indicou que não esteve na assembleia correspondente. Explicou que se tratou de um procedimento por ajuste direto, e que o valor nesses casos permite ir até perto dos 30 mil euros. Realçou que foi um processo de ajuste direto para dois anos. O senhor presidente mais explicou que em termos de processos concursais existem várias figuras: processo simplificado que pode ir até 5 mil mais 1.45, processo por ajuste direto que pode ir até à volta dos 30 mil, consulta prévia em que se pode convidar três ou mais fornecedores a apresentar proposta, e o procedimento de concurso público.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por Unanimidade-----

PONTO 8 - Discussão e votação da(s) proposta(s) de representante da Assembleia Municipal da Ribeira Brava na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, nos termos do disposto na alínea l), do artigo 17.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens, alterada e republicada pela Lei n.º 23/2017 de 23 de maio.-----

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e dirigiu um cumprimento especial à Primeira Secretária, referindo que sempre que a mesma é chamada a assumir funções o assume com distinção. Referiu que a sua proposta é baseada já numa conversa com a Presidente da CPCJ que indicou haver uma munícipe interessada em colaborar nos trabalhos da Comissão, Elsy Karina Araújo Gonçalves, Psicóloga. Mais informou que esta munícipe poderá também depois integrar a Comissão restrita.-----

-----O deputado Bruno Correia (RB1) referiu que a questão é estarem a votar numa pessoa que não conhecem, que se calhar ela devia vir à sessão...-----



C/S

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----A primeira secretária solicitou que o deputado Hélder Gomes (RB1) desse conta do trabalho desenvolvido pela munícipe em causa.-----

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) explicou que era uma munícipe de São João e que foi psicóloga na Escola Padre Manuel Álvares, durante um ano, em estágio.-----

-----A deputada Rosa Jardim (RB1) disse que se a presidente da CPCJ referiu que ela seria a pessoa ideal, quem seriam eles para pôr em causa...-----

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) salientou que se trata de uma situação de disponibilidade e vocação, e que até foi sugestão da presidente da CPCJ.-----

-----O deputado Jordão Abreu (RB1) interveio referindo conhecer bem a pessoa em causa e indicou que ela fez um bom trabalho na Escola Padre Manuel Álvares e assumiu a escola do Campanário sozinha.-----

-----A primeira secretária questionou se haviam mais propostas.-----

-----O deputado Rui Almeida (PS) referiu que mais do que estar presente para se apresentar, seria melhor entregar uma candidatura formal com currículo, e que seria mais fácil para usar perante a assembleia.-----

-----A primeira secretária indicou que acha que é de considerar esta boa vontade de se candidatar a este lugar que não acarreta qualquer tipo de vantagens... Indicou que foi a única proposta apresentada e que seria votada essa proposta. Explicou que seria uma votação secreta e seguindo a ordem de chamada.-----

DELIBERAÇÃO: A proposta apresentada pelo Grupo Municipal do RB1 foi aprovada por maioria com 23 votos a favor e um voto branco. -----

-----O segundo Secretário da Assembleia Municipal, André Geraldo da Côrte, passou à leitura da minuta e das deliberações referentes à sessão. Colocada a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

-----E nada mais havendo a tratar, a primeira secretária da mesa da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas onze horas, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, André Geraldo da Côrte, segundo secretário da mesa, redigi e vou assinar conjuntamente com a referida primeira secretária, nos termos do nº 2 do artº57, da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

